

O ESTADO E A POLÍTICA NACIONAL DOS COMITÊS DE BACIAS HIROGRÁFICAS NO SEMIÁRIDO BAIANO

Autor: Luis Eduardo Cunha Silva¹

RESUMO: Atualmente os debates sobre o nordeste brasileiro, estão cada vez mais presentes nas universidades que direcionam as ações do Estado na realidade nordestina. Estratégias de desenvolvimento para o semiárido em suma, estabelecem seu foco num projeto de ordenamento territorial que supere os problemas promovidos pela atual conjuntura fundiária do semi-árido. Neste contexto o presente trabalho destaca o planejamento em relação a determinadas ações da política dos comitês de bacias hidrográficas mediante o debate sobre o Estado na condição de um instrumento de manutenção da sociedade de classe com interesse burguês, bem como o seu discurso de alteração do cenário sócio-econômico atual na região nordeste. Para isto nossa análise é restringida ao Estado da Bahia no perímetro regional do extremo norte.

Palavras chaves: Território, Políticas Públicas e Contradição.

SUMMARY: Currently the debates about the Brazilian northeast are increasingly present in the universities that direct the actions of the State in the Northeastern reality. Development strategies for the semi-arid region, in short, establish their focus on a territorial planning project that overcomes the problems promoted by the current semi-arid land tenure. In this context the present work highlights the planning in relation to certain actions of the policy of the committees of hydrographic basins through the debate on the State in the condition of an instrument of maintenance of the class society with bourgeois interest, as well as its discourse of change of the scene socioeconomic situation in the northeast region. For this our analysis is restricted to the State of Bahia in the regional perimeter of the far north.

Key words: Territory, Public Policies and Contradiction

INTRODUÇÃO

Desde o início da colonização brasileira, o espaço que corresponde à atual região nordeste, despertou o interesse em estudos e pesquisas, ainda que de forma empírica, nas diversas áreas da ciência. Apresentando um cenário histórico de lutas e conflitos sociais, o nordeste brasileiro, apresenta contradições em função do processo de acumulação do capital em seu processo de consolidação do modo de produção capitalista. O fortalecimento das oligarquias fundiárias associado ao processo de precarização dos trabalhadores camponeses representa uma dialética permanente da luta de classes na sociedade capitalista.

No decorrer do processo de ocupação das terras, o desenvolvimento produtivo do semiárido, ocorre com a implantação da pecuária para o fornecimento de carne, couro e animais de tração, principalmente nas áreas produtoras de cana-de-açúcar. Este processo

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana, mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe.
Email: edugeo.cunha@gmail.com

impulsionou a consolidação da manufatura e da produção de carnes na região (SILVA, 2006, p. 41). No entanto, o semiárido brasileiro, sempre teve a sua imagem associada à pobreza da população, aliada à escassez de recursos hídricos e ao acesso às tecnologias para o desenvolvimento das atividades produtivas. A reprodução do discurso da miséria, baseado no debate sobre a seca enquanto um fenômeno de causas estritamente naturais, se contrapõe com o fortalecimento das oligarquias agrárias e com ações do desenvolvimento territorial do Estado em alguns segmentos da sociedade civil, implantadas a partir do discurso desafiador proporcionado pelos períodos de estiagem prolongada.

Mediante este cenário, a Geografia pode se preocupar em discutir os fatores que condicionam a formação deste contexto de precariedade do semiárido nordestino no âmbito das relações de (re)produção espacial.

No cenário de estudos da Geografia debatem-se termos como “ globalização”, “mundialização” e “internacionalização”, como focos para a compreensão de uma totalidade da reprodução dos processos espaciais. Os estudos sobre essas categorias busca interpretar os fenômenos em múltiplas escalas: regional, territorial, local e global, sendo essas aliadas a (re)produção do espaço geográfico. Nesse contexto a Geografia assume uma função primordial de leitura e interpretação do espaço na condição de categoria basilar da ciência resultante das relações de trabalho desenvolvidas na natureza pelas ações humanas, resultado de múltiplas determinações e das contradições materializadas no espaço.

Todavia, na presente pesquisa compreende-se esta (re)produção por meio da relação de transformação da natureza, a partir do par dialético capital x trabalho. Portanto, a condição material do espaço é produzida e (re)produzida, à medida em que as ações humanas são ampliadas, assim a produção do espaço ganha um conteúdo social, constituindo-se historicamente (CARLOS, 2016, p.26).

Não se trata, evidentemente de defender a Geografia como ciência do espaço, nem, todavia, de sustentar a existência de um “ espaço geográfico”, mas de compreender o sentido da Geografia como disciplina capaz de produzir uma leitura da espacialidade como momento de elucidação da realidade social (CARLOS, 2016).

Ao assumirmos o desafio de compreensão de uma determinada realidade social, termos relacionados à produção capitalista do espaço, são objetos de diferentes interpretações. Entende-se que a concentração de capital e a centralização das tomadas de decisões do poder público pelas elites nordestinas, são fatores que interferem na conjuntura socioeconômica da

população, determinando, por exemplo, o abastecimento e a utilização da água para as atividades desenvolvidas na região e potencializando os conflitos sociais.

Portanto, há uma relação entre a concentração de poder e a distribuição de renda, que condicionam a promoção da configuração desigual do espaço nordestino, demonstrando que os ganhos de produtividade tendem a se concentrar e potencializar os conflitos sociais (FURTADO, 1983).

CASTRO, (1951, p.187) destaca que:

Há tempos insistimos para demonstrar e incutir na consciência nacional o fato de que a estiagem da chuva não é o principal fator de pobreza ou da fome nordestina. Este é apenas um fator de agravamento aguda desta situação, cujas causas são outras. São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região. Muito mais do que a seca, o que acarreta a fome no Nordeste é o pauperismo generalizado, a proletarianização progressiva de suas populações, cuja produtividade é mínima e está longe de permitir a formação de quaisquer reservas com que seja possível enfrentar os períodos de escassez.

(CASTRO, 1951). O autor discorre ainda que:

Mais grave ainda do que a miopia técnica fora a mistificação política em que caíra este organismo ao qual competia, também a distribuição e aplicação de polpudas verbas para ajuda dos flagelados das secas. Nenhum outro organismo técnico fora tão desvirtuado em seus objetivos do que este que canalizava para os bolsos dos senhores de terras e dos seus apaziguadores quase todos os recursos que deveriam ser destinados a alimentar, a educar, a ajudar a viver os camponeses da região.

A partir desses pressupostos, nota-se a inquietação teórica sobre o debate da seca no semiárido nordestino e suas reais causas históricas, no que tange ao desenvolvimento de ações que interpretem este cenário de precariedade da região, a partir de fatores e elementos do arcabouço social na perspectiva de discussão da construção teórica.

Neste contexto de relações sociais e conflitos políticos a categoria do território é inserida nos debates do âmbito político e científico da sociedade, e deve-se destacar que mediante as relações de poder que configuram esta categoria, as forças políticas, historicamente dirigem a organização e o ordenamento da mesma. Todavia, a gestão do mesmo, estrutura-se por meio das correlações de forças entre as classes que estabelecem as disputas presentes nas políticas territoriais (OLIVEIRA, 2014).

Entretanto, ainda no âmbito conceitual Milton Santos (1998) destaca que é necessário identificar o quanto precisamos avançar politicamente na compreensão do território, revendo as bases do conceito, superando a concepção que o categoriza enquanto “unificado normativamente” como expressão do exercício de um poder.

Ao trabalhar com a categoria de Território, entende-se que este se desenvolve por relações sociais concretas de poder e dominação. Saquet (2004) apresenta uma contribuição importante de Raffestin onde o Território está relacionado ao processo TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) relacionado às ações econômicas e culturais.

É considerado um “processo de relações sociais, de perda e reconstrução de relações”. O território também apresenta caráter político, é um espaço modificado pelo trabalho e apresenta relações de poder. Um território é produzido, ao mesmo tempo, por relações políticas, culturais e econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle do espaço geográfico. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização, do enraizamento; é resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais (SAQUET, 2004, p. 128-129).

Nesse sentido, a conjuntura territorial do semiárido, deve apresentar o desenvolvimento de novas políticas atuantes que objetivem a descentralização dos recursos e maior participação da sociedade civil. No contexto nordestino, destacam-se as ações de promoção da participação popular em espaços deliberativos de políticas públicas, direcionando as ações planejadas através da ótica dos grupos locais interessados e não apenas na lógica dos interesses globais definidos pelo Estado.

A gestão colegiada dos Comitês de Bacias Hidrográficas, integrados por representantes do governo estadual, municipal e membros de entidades e organizações da sociedade civil, é planejada via Estado nesse contexto, na condição de estratégia de ação que se articula a estes objetivos.

O projeto inicial surgiu no Estado de São Paulo com a aprovação da Lei 7.663/9 organizando inicialmente dois comitês de bacias hidrográficas com composição tripartite²(MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007). Nas últimas décadas o mesmo tem se ampliado pelo território nacional, entretanto os seus objetivos encontram dificuldades ao se deparar com a realidade da concentração fundiária e de capital.

O ESTADO E O DISCURSO DE TRANSFORMAÇÃO DO SEMIÁRIDO NORDESTINO.

² Estrutura funcional baseada na articulação entre o Estado, Municípios e Sociedade Civil.

A região nordeste do território nacional se constituiu ao longo da história como um dos grandes palcos da disputa pela terra, com registros de conflitos fundiários que perduram até os dias atuais. A classe trabalhadora camponesa ainda se mantém em constantes embates com as oligarquias agrárias nordestinas. Em meio a isto, as estiagens prolongadas na região nordeste e seus rebatimentos ampliavam a precariedade das condições dos trabalhadores camponeses, tornando-os cada vez mais reféns das ações assistencialistas das lideranças burguesas locais. Esse cenário de miserabilidade social, associada aos períodos de seca no nordeste, serviu como justificativa para que o Estado pudesse promover uma série de políticas voltadas ao discurso de combate à seca. Todavia, as condições adversas que a natureza proporcionava contemplavam a retórica da classe dominante, devidamente representada no Estado pelas elites locais, de que as dificuldades da população sertaneja provinham, exclusivamente, das condições climáticas naturais. (LIMA, 2012, p.45). Desse modo o imaginário da seca nordestina, como tragédia social e econômica, faz da natureza um ente quase metafísico, idealizada e trabalhada nos discursos, como obstáculo ao progresso e a justiça social. (SANTOS, M,M, p.127).

Alguns dos elementos que caracterizam a sociedade capitalista são materializados pelo planejamento no cenário econômico e sócio-político, dentre estes destacamos, a atuação do Estado através das políticas públicas que são instituídas enquanto um elemento determinante, a serviço do capital na relação de transformação da sociedade-natureza.

Desse modo, o Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da construção de sua racionalidade) produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. O espaço é, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante, que diz representar a sociedade, embora não abdique de objetivos próprios de dominação e que usa as políticas públicas para direcionar e regularizar fluxos, centralizando, valorizando e desvalorizando os lugares através de intervenções como “ato de planejar”. Nessa condição o espaço se pretende homogêneo (pela dominação) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho). Como produto evidencia-se o espaço da norma e da vigilância como forma da construção de um espaço estratégico. (CARLOS, 2016, p.76).

Ao longo dos últimos séculos, o Estado tem demonstrado algumas alterações quanto a sua atuação na (re)produção material do espaço. Isto posto, coloca-se para os estudiosos a necessidade de analisar a (re)produção do espaço geográfico. Destaca-se a importância do aprofundamento do estudo sobre a atuação do Estado, principalmente pelo questionamento ao

imperativo ideológico de que é possível a superação das desigualdades socioespaciais presentes na sociedade capitalista por meio do Estado.

Enquanto capital, entende-se “[...] que este não é simplesmente uma entidade material, também não é um mecanismo racionalmente controlável, [...] mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico³ (MÉSZÁROS, 2011, p.96). O autor afirma que o capital é incontrolável, porque ele não é racionalmente controlável. Além disso, o capital é totalizador porque não apresenta espaço para alternativas dentro dele, dominando assim todas as esferas da vida.

A materialização do capital é concretizada em elementos que representam a sua acumulação da riqueza e exploração do trabalho. No cenário de expansão da sociedade capitalista, a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção também são elementos fundantes para a expansão do capital em seu processo de mundialização. Entretanto, o próprio capital ao longo do seu processo de acumulação produz elementos que condicionam as suas crises. Nestes momentos, o próprio capital explora instrumentos que legitimam as suas ações de reestruturação e neutralizam qualquer interferência na sua lógica de acumulação.

A História nos revela que ao longo destes anos, o modo de produção capitalista enfrentou crises cíclicas. Os setores estatais e os capitalistas reproduzem o discurso da “crise econômica financeira” e afirmam a necessidade de reestruturação do Estado.

Nesse âmbito as ações dos comitês de bacias hidrográficas emergem mediante a política de desenvolvimento territorial na condição de uma alternativa de possível melhoria no uso e exploração dos recursos hídricos no cenário nordestino.

O COMITÊ DE BACIA E SUA ESTRUTURA DE PLANEJAMENTO:

A efetivação das políticas de comitês de bacias perpassa pela criação e alteração de leis que defendam a descentralização do uso dos recursos hídricos. Em princípio, este conjunto de leis deveria levar ao estabelecimento de uma nova forma de gestão, baseado na delimitação das bacias hidrográficas e articulado com órgãos de gestão em nível federal e estadual.

^{3 3} Na qualidade de modo específico de controle sociometabólico, o sistema do capital inevitavelmente também se articula e consolida como *estrutura de comando* singular. As oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente *situados na estrutura hierárquica de comando do capital* (MÉSZÁROS, 2011, p.98).

(ARBERS, 2003).

Destarte:

Verificaram-se vários obstáculos na implementação dessas leis. Primeiro, o duplo domínio da água criou muitas indefinições quanto ao papel dos diferentes níveis da federação na gestão. Segundo, a maioria dos Estados carece de capacidade técnica em aspectos cruciais para a operacionalização das decisões dos comitês, tais como a implantação de sistemas relativos à outorga, às informações, ao monitoramento e à fiscalização. Na falta de regulamentação de questões essenciais, como no caso dos mecanismos que garantem o retorno do recurso às bacias de origem que estão sob controle dos comitês (ABERS, 2003, p.2).

A partir desses pressupostos teóricos, uma intensa discussão em torno dos limites da chamada democracia formal, representativa, e das possibilidades de participação real dos membros da sociedade civil e dos grupos de interesses no delineamento das políticas territoriais é inserido em determinadas leituras sobre a descentralização das tomadas de decisões do Estado para os comitês de bacias hidrográficas.

Mediante esses desafios, os Comitês de Bacias Hidrográficas apresentam uma relevância no contexto nacional e regional, na medida em que os efeitos dos embates pela exploração do recurso hídrico e da degradação ambiental aumentam. A Lei Federal nº 9.433, de 1997, estabelece os novos procedimentos a serem adotados na gestão da água, sobressaindo-se que o seu gerenciamento deverá ser realizado pelas entidades inseridas na bacia hidrográfica e que a partir deste momento o recurso hídrico passa a ter valor econômico institucionalizado, ou seja, é estabelecido tarifas para a utilização dos mananciais hídricos. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007)

Destaca-se a necessidade de se estabelecer novos processos políticos para uma “correta” gestão dos territórios, na qual ganha destaque a chamada descentralização política e, conseqüentemente, a diminuição da influência determinante dos governos nas tomadas de decisões. (OLIVEIRA, 2012). No entanto o caráter classista do Estado promove estratégias de limites para a participação efetiva dos trabalhadores camponeses nesses espaços deliberativos, a consequência desse processo é o cenário de concentração da exploração da água pelo agronegócio na região estudada no presente trabalho.

No que tange a este recorte escalar da região analisada no presente estudo, elenca-se a Bacia do Rio Salitre, por ser uma referencia em descentralização dos recursos hídricos no nordeste brasileiro mediante o discurso do Estado, necessitando ainda, de um estudo mais aprofundado sobre a sua forma de gestão colegiada, bem como as relações de poder que

controlam o território e as possíveis decisões do comitê.

Localizada na região centro-norte do Estado da Bahia, totalmente inserida no território baiano, entre as longitudes 40°22' e 41°30' oeste e as latitudes 9°27' e 11°30' sul, compreende uma área de 13.467,93 Km². Abrange os municípios de Campo Formoso, Jacobina, Juazeiro, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Ouro-lândia, Umburanas e Várzea Nova, sendo este último o único município com o seu território totalmente dentro da bacia (FIGURA 01).

No Artigo 1º do seu regimento de atuação o Comitê de Bacia do Rio Salitre é definido enquanto:

Art. 1º. O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Salitre – CBHS⁴, é órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da política Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nos termos da Lei Federal n 9.433/97 e vinculado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH, nos termos da Lei Estadual n 10.432 de 20 de dezembro de 2006.

No que tange à linha de atuação do mesmo Comitê cabe ressaltar que seus objetivos se baseiam a partir:

Dos fundamentos e objetivos da Lei Federal nº 9.433/97 e da Lei Estadual nº 10.432/06, em especial, no que se refere à gestão descentralizada e participativa, entre o Poder Público, os usuários dos recursos hídricos, sociedade civil organizada e povos indígenas/quilombolas, bem como à necessidade da gestão compartilhada, considerando a Política Estadual de Recursos Hídricos, que visa à garantia da promoção social, do desenvolvimento territorial e da sustentabilidade ambiental. (INEMA, 2011).

Entretanto a execução deste conjunto de ações, enquanto, uma política territorial de planejamento, vem enfrentando problemas no que tange os objetivos de descentralização da exploração dos recursos hídricos.

⁴ CBHS: Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Salitre.

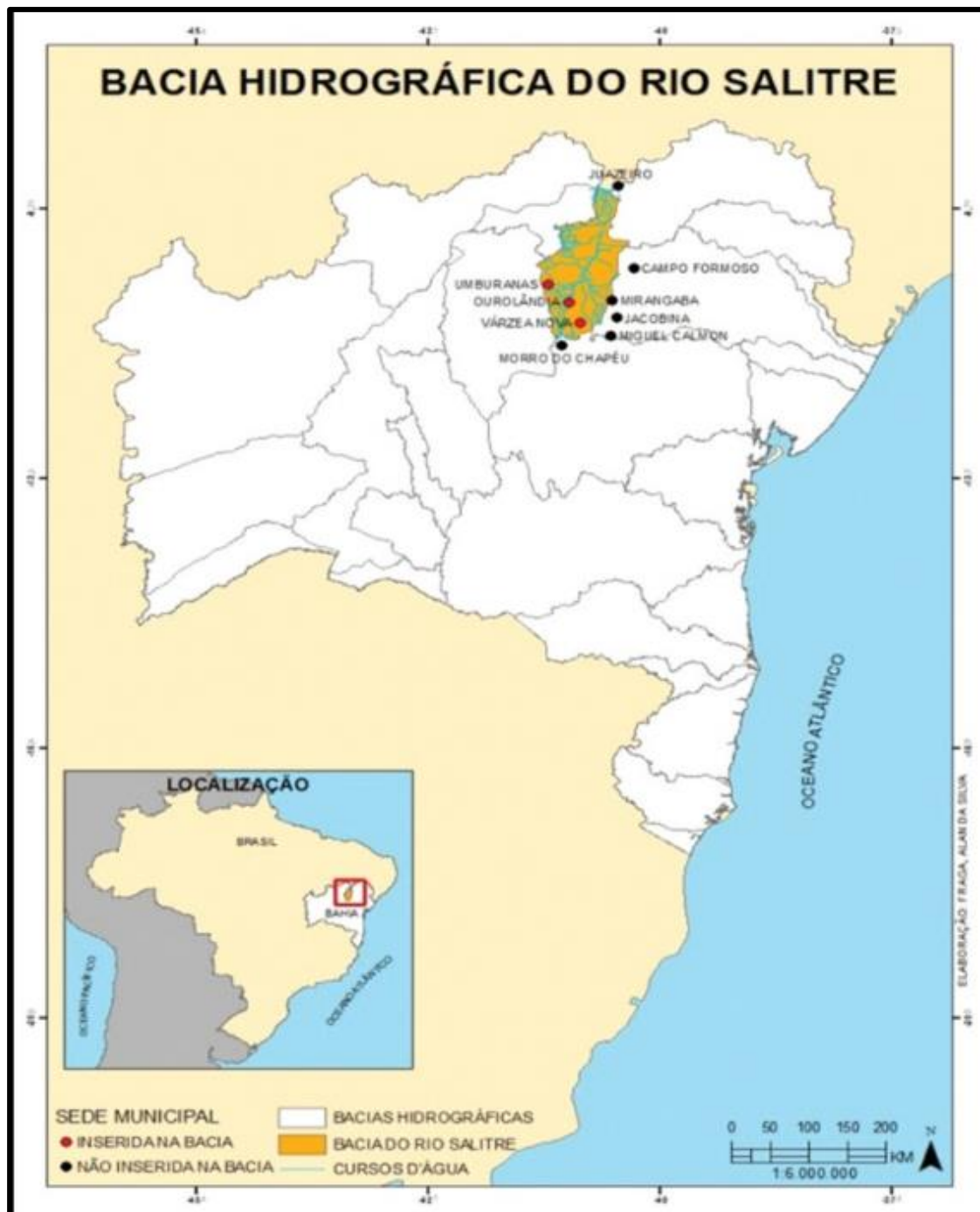


Figura 01:Fonte;FRAGA.A,da S.

Segundo a base de dados da Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia (SEI-BA, 1999) a maioria dos municípios presentes no Comitê de Bacia do Rio Salitre apresenta um baixo índice de desenvolvimento produtivo e econômico. Este cenário representa uma contradição entre os objetivos de desenvolvimento do comitê, ao destacar a descentralização do uso dos recursos hídricos e articulação com a maior participação da

sociedade civil em busca da melhoria econômica local. A área de estudo apresenta uma dificuldade na implementação efetivas das políticas públicas que promovam a ampliação da produtividade e do uso dos recursos hídricos por propriedade. Contudo percebe-se o não incremento do planejamento de organização dos comitês de bacias enquanto política pública. O que tange o poder de participação dos trabalhadores do campo impacta na efetivação da real descentralização do uso dos recursos hídricos e contribui na manutenção da concentração econômica das elites locais.

Nessa perspectiva, percebe-se que a ação estratégica de promoção da descentralização não é efetuada por completa, produzindo ainda uma contradição no que tange a uma maior contradição em determinados municípios que compõem o comitê.

CONCLUSÃO

A região nordeste é a parte do território nacional, cujas especificidades têm suscitado recentes debates no campo da Geografia e das políticas de desenvolvimento territorial. Em alguns casos as discussões se desenvolvem sobre a análise do cenário de pobreza, contrapondo-se às condições favoráveis para o desenvolvimento de atividades produtivas. (CAMARGO, 1981).

O subdesenvolvimento da região nordeste é o resultado de uma formação histórico-estrutural particular e que só pode ser superado por transformações voltadas para o âmbito da própria região. (FURTADO, 1983, p.65). Entretanto são necessários planejamentos de ações oriundas do Estado ou de grupos organizados que superem essa realidade. Os comitês de bacias baseiam-se na articulação dos dois elementos citados anteriormente, porém as relações sociais não se organizam de maneira igualitária, promovendo assim uma desigualdade nos processos de decisão e a manutenção dos problemas presentes na realidade nordestina.

Compreende-se que a concentração de renda e a centralização das tomadas de decisões do poder público, são fatores que interferem na conjuntura socioeconômica da população. Identifica-se ao longo da história situações em que as lideranças políticas, reproduziam o discurso da pobreza da população para reter recursos financeiros, que foram destinados para o interesse pessoal ou implantados em projetos sem planejamento. As ações representadas pelos comitês de bacias apresentam em seu planejamento estratégico a defesa da descentralização das tomadas de decisões e maior participação de outras esferas sócias no processo

participativo dos municípios envolvidos. Entretanto a realidade encontrada nesta análise ainda é de uma profunda concentração do poder no contexto territorial

BIBLIOGRAFIA:

- ABRANCHES, Sérgio H. Os **despossuídos; crescimento e pobreza no país do milagre**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.
- ABRUCIO, Fernando Luiz e COSTA, Valeriano M. F. (1999). “**Reforma do Estado e o Contexto Federativo Brasileiro**”. Pesquisas, n. 12, Fundação Konrad Adenauer.
- ANA - Agência Nacional das Águas. **Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PBHSF (2004-2013): Síntese Executiva com Apreciação das Deliberações do CBHSF Aprovadas na III Reunião Plenária de 28 a 31 de Julho de 2004**. Brasília, 2005. 152 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: A teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina**. 3.ed.SãoPaulo: Brasiliense, 1973.
- ABERS, R. “Idéias e interesses em políticas participativas: **Reflexões a partir dos orçamentos participativos e os comitês de bacia hidrográfica**.” Sociedade e Estado, 18 (1/2): 257-290. Jan/Dez. Universidade de Brasília, 2003.
- BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente. O Comitê de Bacia Hidrográfica: O Que é e O Que Faz ?**. Brasília, DF, 2011.
- CAMARGO, Aspásia. **A questão agrária: crise de poder e reforma de base (1930-1964)**. In: FAUSTO B. (Org) História geral da Civilização Brasileira. Vol. III. Rio de Janeiro, Bertrand, 1981, PP.121-124.
- CARLOS, A. F, A. **A condição Espacial**. São Paulo: 1, ed. Contexto, 2016
- CASTRO, Josué. **Geopolítica da Fome**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1951.
- CASTRO, I, E, de. **Seca versus seca. Novos Interesses, Novos Territórios, Novos discursos no Nordeste**. In: CASTRO, I, E, de; GOMES, O, C, da C; CORRÊA, R, L. (Org) Questões atuais da reorganização do território. -3ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Módulo I – Resumo Executivo**. Versão final aprovada pelo Plenário do CBHSF. Salvador, 2004. Disponível em: <http://www.cbhsaofrancisco.org.br>> Acesso em: 27 set. 2014.
- CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS. (CNRH). **Resolução nº 32, de 15 de outubro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.cnrh-srh.gov.br>> Acesso em: 22 setembro 2014.
- FRAGA, A, da S. **Bacia Hidrográfica do Salitre**. <http://aguasdobrasil.org/edicao-06/bacia-hidrografica-do-rio-salitre-afluente-do-rio-sao-francisco.html>. Acessado em 28 de Novembro de 2014.
- FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- GOMES, Eduardo. G. M. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas: Democracia, Controle Social e Instituições**, 2003. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.
- INEMA. **Regimento Interno do Comitê de Bacia do Salitre**. http://www.inema.ba.gov.br/wpcontent/uploads/2011/09/regimento_interno_aprovad_o_salitre.pdf. Acessado em 8 de Dezembro de 2014.
- LIMA, Lucas Gama. **Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial**

no alto sertão sergipano: o (des)mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. Série BNB Teses e Dissertações, n.32. 2012.

-LIMA, L.G.; CONCEIÇÃO, A. L. O Estado e o desenvolvimento territorial como suportes para a dominação do capital. **Scientia Plena**, São Cristovão, Universidade Federal de Sergipe, v. 5, n.12,p.1-11,2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo,2011

- MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa.** Brasília-DF. 2013.http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1370886616.pdf. Acessado em 7 de dezembro de 2014.

- OLIVEIRA, Floriano. J.G,de. **Território, Estado e Políticas Territoriais: Análise das Políticas de Gestão do Território e da Recente Expansão/Reconcentração Econômica nos Espaços Metropolitanos.** XIII Coloquio Internacional de Geocrítica Barcelona-Espanha.2014.

- ROCHA, Sônia. **Governabilidade e Pobreza: O desafio dos números.** In: VALLADARES, L. e COELHO,M.P (Orgs). Governabilidade e Pobreza no Brasi. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

- SAQUET M., O território: diferentes interpretações na literatura italiana, In: SPOSITO, E., M. SAQUET e A. RIBAS, (Org.), **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens,** Francisco Beltrão, Edunioeste, 2004, p.121-147.

- SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia e SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). **Território,Globalização e fragmentação.** São Paulo, Editora Hucitec, 1998.

SANTOS, Milena, **Estado, política social e controle do capital.** Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

SANTOS, Milton, **Economia espacial: criticas e alternativas.** 2.Ed., São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008 (b)

- SEI – **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.** Bahia 2000. Salvador: SEI, 1999. 382p

- SILVA, Roberto. M. A. de. **Entre o Combate a Seca e a Convivência com o Semi-Árido: Transições Paradigmáticas e Sustentabilidade do Desenvolvimento.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

- VITTE, Claudete. de .C. **Planejamento Territorial, A questão do Desenvolvimento e a Integração Regional na América do Sul após a Segunda Metade do Século XX: Uma Reflexão a partir do Brasil.** Campinas- SP. 2012.